Imigração e disputa político-religiosa na Primeira República: A Capela de Santo Antônio dos Pobres em Ribeirão Preto – SP

Wlaumir Doniseti de Souza

Resumo

A proposta deste artigo é discutir o papel desempenhado por Santo Antônio nos embates entre catolicismo luso-brasileiro e ultramontano em Ribeirão Preto – SP a partir da Capela de Santo Antônio localizada no então denominado bairro do Barracão. Para além da compreensão católica de catolicismo luso-brasileiro e ultramontanismo evidencia-se o papel dos nacionalismos lusitano e italiano em meio ao processo de avanço da reforma da Igreja Católica no Brasil da Primeira República.

Palavras-chave: Santo Antônio, Catolicismo, Ultramontanismo, luso, Ribeirão Preto.

IMMIGRATION AND POLITICAL-RELIGIOUS DISPUTES IN THE FIRST REPUBLIC: SAINT ANTHONY OF THE POOR'S CHAPEL IN RIBEIRÃO PRETO, S. P.

Abstract

The aim of this article is to discuss the role carreied out by Saint Anthony in the clashes between Portuguese-Brazilian and ultramontanism catholicism in Ribeirão Preto, S.P. from St. Anthony's Chapel localized in the quarter once known as Barracão. So that, as well as undrestanding the Portuguese-Brazilian and ultramontanism catholicism, the roles of portuguese and italian nationalism could also be seen in the midst of the catholic church reform process in Brazil during The First Republic.

Key-Words: Saint Anthony, Catholicism, ultramontanism, Portuguese, Ribeirão Preto

A política imigratória e a pastoral do imigrante

A posse oficial da terra brasilis deu-se por um ato religioso. A Igreja era um ícone do modelo de Estado que oficializava o cristianismo pelo padroado. Atos oficiais como registro de terras, nascimento, casamento e óbito eram prerrogativas da Igreja, traduzidos pela doação de terras à formação de patrimônio eclesiástico, batismo, celebração de núpcias, exéquias. O cidadão português realizava-se como "cidadão" pelo batismo.

Grosso modo, a Igreja registrava as terras oriundas de sesmarias ou posse legitimada por diversos meios dentre os quais a doação de uma gleba à formação de uma capela que daria origem a um povoado e posterior cidade. Embora o acesso a posse da terra, na Colônia e em parte do Império, fosse fácil, a demarcação da propriedade tornou-se quase impossível, isto quando era interesse levar a termo esta empreitada, devido ao emaranhado de leis e decretos somadas a fronteiras sempre incertas e decididas pelo grau de poder das pessoas envolvidas na demanda.

Intentando controlar a sociedade em duas frentes, a religião e a lei, o governo português propiciava um espaço privilegiado, do ponto de vista administrativo com fundo ideológico, à Igreja. Paralelamente, a construção progressiva do Estado eqüivalia a uma redução do espaço da Igreja na engenharia institucional do governo, o que foi levado a termo, em parte, pela existência do *placet* em relação aos documentos eclesiásticos que poderiam chegar ao clero do Brasil.

O Estado não buscava apenas o monopólio da força, mas, também, o de elaborador das leis. Para tanto o processo de secularização deveria seguir seu curso retirando da Igreja o preceito de religião de Estado, ou seja, de um departamento do mesmo. A lei de terras,de 1850, é um marco duplo deste processo. Primeiro, por que estabeleceu o monopólio do Estado na legalização e registro de terras, inviabilizando a tradicional estratégia dos posseiros de legitimação da posse pela doação de terras para a constituição do patrimônio eclesiástico. A doação de terras à Igreja não era apenas uma questão de religiosidade, mas parte de um processo de legalização das mesmas açambarcando as terras do Estado com o apoio institucional da Igreja num processo contínuo, tornando-se ela uma das maiores proprietárias de terras do País.

O controle da propriedade e acesso à terra passa a ser prioritário no Brasil, a partir, da década de 1840, devido ao vislumbre do processo de ampliação do processo imigratório europeu como substituto ao braço escravo. Neste quadro a lei de terras, de 1850, é um marco no processo de fortalecimento do Estado e do capitalismo. (SILVA, 2008)

Era necessária a formação de um contingente populacional que não fosse capaz de impor suas condições de trabalho e nível de remuneração frente ao empreendedor agrícola pretensamente capitalista do Brasil. Para isto, recorreu-se à mão-de-obra do imigrante transoceânico que se encontrava espoliada dos meios de produção em seu país de origem, e detentora apenas da sua força de trabalho como meio de sobrevivência, em um número mais que suficiente à constituição do exército de reserva. Às camadas dominantes da Europa, o processo de estímulo legal ou cultural da emigração era algo apreciável à "paz social" e no Brasil como meio de fornecer braços baratos à lavoura, conduzindo o negro, de forma especial, e ao branco descendente de português ao ostracismo do mundo do trabalho.

Para atingir o objetivo de formar um contingente de mão-de-obra barata, a camada agrícola que ao longo da história do Brasil esteve, e permanece, fortemente vinculada aos rumos políticos do País, empreendeu a elaboração de um projeto imigratório que seria viabilizado pela conjugação das forças privadas do capitalismo que buscaria, no Estado, o apoio necessário para acelerar este processo. Empreendeu-se a imigração subvencionada, que deu prioridade ao italiano por ser, entre outros adjetivos, católico, morigerado e familiar, segundo a mentalidade da época. Este o caso da região do atual Estado de São Paulo, que, depois, seria seguido por outras. (SOUZA, 2000)

Com a subvenção o número de imigrantes que adentraram ao País foi ampliado de modo jamais visto no Brasil, nem mesmo o período auge das Minas Gerais, na busca do ouro, implementou tal fenômeno. Formado este contingente, passou a ter, o fazendeiro, as condições necessárias para pressionar, entenda-se abusar, dos trabalhadores como elemento de manutenção de sua mentalidade e poder escravocrata. (GARCIA, 1993)

Como condição necessária ao abuso do trabalhador confundido com o escravo, nas fazendas, empreendeu os políticos um contínuo discurso de falta de braços à lavoura que conduzia a uma ampliação, aparentemente indefinida ao longo do tempo da subvenção à imigração. Somado a isto, dava-se a concorrência do estrangeiro com o trabalhador nacional sobretudo o descendente de portugueses, postergado nas prioridades ao emprego.

A disputa entre nacionais e estrangeiros pelo trabalho atingiria a auto-estima do primeiro. Propalados como morigerados, familiares, disciplinados, católicos, entre tantos outros qualificativos, o imigrante foi privilegiado ao trabalho e o nacional preterido, estigmatizado como preguiçoso, indolente, indisciplinado.

O imigrante aparecia como o proletário por excelência. Separado dos meios de produção, dos laços de amizade e parentesco extensivo que garantiam maior poder e sem grandes oportunidades, a princípio, de organizar-se política e ideologicamente para defender os seus interesses econômicos, pois que poderia ser deportado. Este quadro encontraria sua antitese no anarquismo e no sindicalismo.

Como correlato da tendência de compreender o imigrante como trabalhador ideal, as elites preocupadas em indentificar-se com a civilização européia, trataram de educar seus filhos em colégios católicos administrados e compostos de professores e professoras de outra nacionalidade, principalmente franceses, consolidando o antigo projeto do Estado Imperial de controle ideológico pela religião. (MANOEL, 1988)

Para a elite nacional deveria ser estrangeiro, do trabalhador dos cafezais passando pela moda e educação até a decoração e arquitetura das casas. A auto-estima nacional era inexistente nestas camadas, e como correlato imprimia-se este caráter ao trabalhador nacional, que se via, à semelhança de Carlota Joaquina, nos primórdios do Brasil Império, não só de direito, como de fato, no exílio do mundo civilizado.

Neste quadro de constante e crescente valorização da sociedade européia, que na comparação com o Brasil, fazia surgir um etnocentrismo peculiar às camadas dirigentes e dominantes, o imigrante italiano, europeu e católico, dominaria a sociedade do trabalho, ao ser entendido como superior ao nacional, mestiço e indolente, o que era agravado pelo clima tropical da terra, segundo os preconceitos da época. (RIBEIRO, 1985, p. 104)

Como elemento aglutinador destes aspectos culturais, a Igreja Católica numa relação dialética com o Estado moderno iniciava seu processo de crescente autonomia mundial frente ao mesmo, consolidado pelo Concílio Vaticano I, 1870, como resultado do Concílio de Trento, enfatizando-se o que era denominado de ultramontanismo. (SOUZA, 2000)

O ultramontanismo, como muito bem o elucidou Augustin Wernet (1987), tinha como norte a centralização das decisões políticos-doutrinárias sob a autorepresentação de infalíbilidade do papa. Um dos motes do ultramontanismo era a moralização e doutrinação da

sociedade como um todo, nela incluída o Estado, ou seja, de serva do Estado no padroado a Senhora das Nações no ultramontanismo.

Era uma das pontas de lança do ultramontanismo, a educação, desde a infância, entendida como doutrinação religiosa, até a vida adulta. Nos bancos das escolas católicas, responsável pela educação da elite nacional, uma vez que a rede pública de educação era diminuta, além da ausência de pessoal qualificado, buscava-se garantir a influência sobre os políticos do futuro. A igreja, por outro lado, preocupada em formar parte de seu clero e freiras terminava por qualificá-los como educadores privilegiados à época.

Educando os filhos da elite política e econômica do País conseguia influir nas consciências capazes de decidir as políticas do Brasil. Assim, desenvolveu-se na Câmara dos Deputados todo um debate sobre a escolha de um certo tipo específico de imigrante, que além de contribuir ao embranquecimento da nação, consolidava o modelo cultural herdado desde a colônia. O ser católico era elemento fundamental, além de fundante da nacionalidade.

Destarte, o fluxo imigratório italiano contemplava as principais vertentes das preocupações das camadas dirigentes quais sejam, embranquecer e realizar a manutenção da unidade religiosa do País possibilitando a constituição de um amplo exército de braços para o trabalho, tudo isto aliado a uma certa europeização da nação. Este o imigrante subsidiado por São Paulo.

Sobreposto a imigração, a Igreja preocupada em fazer avançar sua autocompreensão e cosmovisão ultramontanas forjou uma congregação, Scalabrinianos ou Carlistas, 1887, preocupada especificamente com a pastoral dos imigrantes italianos na América. Denominados de Missionários de São Carlos Borromeu pelo seu fundador, Dom Giovanni Baptista Scalabrini, desfrutavam de especial atenção da Cúria Romana, contribuindo para a edição da *Rerum Novarum*, 1891, tendo esta sido precedida pela carta apostólica assinada, também, por Leão XIII, onde o nome evidencia o projeto em expansão: *Aos nossos veneráveis irmãos, os arcebispos e bispos da América – recomendação para que protejam os italianos que imigraram par a América*, de 1888. (SOUZA, 2000)

Na carta, *Recomendação para que protejam os italianos que imigraram para a América*, de 1888, Leão XIII apresenta os Missionários de São Carlos Borromeu, também conhecidos como Scalabrinianos, como principais responsáveis à pastoral dos imigrantes na América, dando-lhes a alcunha de apostólicos, o que implicava numa série de privilégios e

direitos, dentre os quais a livre circulação pelas mais diferentes paróquias e dioceses, libertando-os do controle mais imediato dos bispos locais.

Considerados como legítimos ultramontanos e romanos, os Scalabrinianos terminaram por conseguir, a partir de sua chegada ao Brasil, em 1895, um espaço impar, uma vez que a boa parte parte da população do principal Estado Republicano, do ponto de vista econômico, São Paulo, era constituída de imigrantes italianos e outras nacionalidades européias. A pastoral do imigrante trazia em seu bojo uma confusão entre manutenção e ampliação da fé ultramontana dos italianos, com o sentimento de pertença a "nacionalidade" de origem.

A disputa no espaço sagrado: entre o luso e o romano

A Capela de Santo Antônio dos "pobres" fundada a 7 de outubro de 1897, na periferia de Ribeirão Preto, no bairro do Barracão, teve sua ereção concretizada devido a solicitação do vice-cônsul de Portugal, em Ribeirão Preto, Alfredo Vianna Pinto de Souza, no dia 7 de junho de 1899[1]. A construção atingirá os primeiros anos do século XX, sendo, a 15 de setembro de 1902, permitida a celebração da eucaristia "em um chalet próximo a capela em construção" que obteve permissão para ser abençoada no mesmo ano, no dia 27 de novembro.[2]

Fundada por um homem de origem portuguesa, Alfredo Vianna Pinto de Souza, e com a colaboração da extensa família Junqueira, representante significativa da oligarquia regional, igualmente de origem portuguesa, procedentes de Minas Gerais, na pessoa de Manoel Maximiano Junqueira, Presidente da Câmara Municipal, a capela de Santo Antônio "dos pobres" era o local do catolicismo luso, tradicional, popular e festivo em Ribeirão Preto.

A denominação "dos pobres" vinculada a Santo Antônio buscava dissimular o seu sentido real que era Santo Antônio de Lisboa; um forte representante da devoção do catolicismo luso no Brasil, ao lado de São Sebastião, em oposição direta a de Pádua, que trazia consigo a representação do catolicismo ultramontano-romano à italiana.

O "dos pobres" enfatizava um outro aspecto das personas de Santo Antônio, nascido em Lisboa, e que morreu em Pádua, a de multiplicador de pães como meio de acabar com a

[1]ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (I).
[2]ADDLS, Livro das Paróquias (8-2-23), p. 47.

fome. Numa região que concentrava a população pobre de origem italiana o "dos pobres" era um adjetivo auspicioso na conquista e manutenção dos fiéis.

Relacionado às práticas de um catolicismo leigo, popular e festivo, comum ao período colonial e imperial, Santo Antônio de Lisboa portava uma vigorosa representação para o português, da luta contra o infiel, o indígena e, sobretudo, o estrangeiro, invasor das terras desbravadas pelos lusitanos, uma vez que a benção dada pela Igreja aos soldados fazia-se, por vezes, com a presença de sua imagem. Aliado a esta representação estava o fato de que Antônio de Lisboa evocava uma "dimensão amorosa" que se colava "a antigos rituais milenares, dedicados ao culto da fertilidade, com evidente conotação sexual." daí a alcunha de "casamenteiro". (AZZI, 1988)

Enquanto os portugueses e seus descendentes cultuava a Santo Antônio nascido em Lisboa, o imigrante italiano, em oposição àquele e como estrangeiro cultuava ao Santo Antônio que morrera em Pádua. Embora fosse o mesmo homem, o santo sob as suas denominações expressava suas múltiplas personas. O embate entre descendentes de portugueses e de italianos deu-se ao redor da manutenção do Santo de Lisboa, enquanto atrelado ao catolicismo típico do padroado e festivo, em oposição ao italiano ligado ao Santo de Pádua, uma piedade ultramontanizada que exigia os sacramentos e a hierarquia imposta por Roma.

O Antônio de Pádua, na Itália, era uma versão ultramontana do de Lisboa, em Portugal, do padroado. Assim, o Santo atrelado ao ultramontanismo portava uma postura devocional mediada pelo padre, ligando-se a recepção dos sacramentos. Seu culto espalhou-se pela província do Vêneto, no século XIX, região fortemente ultramontana e romanizada de onde proveio um dos maiores contingentes de imigrantes para o Brasil.

Trazia em seu âmago, o fato de ser Santo Antônio, de Pádua ou de Lisboa, para o fiel devoto, uma questão nacionalista quando este era português ou italiano, embora viesse a refletir uma doutrinação que estava ou não sob a influência ultramontana. Como a Igreja privilegiava naquele momento sua autocompreensão ultramontana, a ênfase na pastoral do imigrante italiano, pelos Scalabrinianos, terminava, às vezes, por esbarrar nos sentimentos patrióticos dos lusos em proveito dos italos.

A manutenção do padroado, em Portugal, dificultou a expansão do ultramontanismo naquelas pragas e em suas colônias, ao passo que na Itália, berço da Igreja, o ultramontanismo

expandiu-se pela cultura popular entendendo o papa como infalível, idependetemente de sua oficialização, no Vaticano I, em 1870.

A devoção a Santo Antônio estava permeada por sentimentos de identidade pátria, o que colocava as partes em tensão frente aos usos, costumes e posturas a serem adotas e seguidas em sociedade, uma vez que estar atrelado ao Santo de Pádua referia-se a uma postura ultramontana, que podia levar a uma prática social de aversão oficial à política e ao Estado e ao mundo moderno; a uma compreensão do padre como único líder "espiritual" das consciências e monopolizador do sagrado por meio do ritual, excluindo coronéis e demais donos do poder local do controle da Igreja.

Ao Santo de Lisboa eqüivalia uma prática social do catolicismo onde o leigo era o indicador da tonalidade ritual onde a festa desempenhava um papel fundamental, uma vez que o padre a ele estava subjugado, sobretudo se o fiel fosse um membro social e politicamente importante, legitimando o padre apenas aquilo que os católicos da paróquia compreendiam como a "melhor forma". Em outras palavras, o culto a Santo Antônio de Lisboa era uma das formas de resistência das antigas confrarias e irmandades, onde o padre nada mais era que um empregado que devia obediência ao proprietário da capela ou igreja.

Visto de diferentes formas pelo católico de origem portuguesa e o imigrante italiano, Santo Antônio ligava-se aos primeiros como representante de uma religiosidade combatida pela Igreja pós Pio IX, ao passo que o segundo grupo trazia consigo o ideal devocionário de Antônio de Pádua tal qual o que a hierarquia buscava implementar no Brasil, e no caso de São Paulo, desde a reforma de D. Antônio Joaquim de Mello, na metade do século XIX. (WERNET, 1987)

Imbuído do catolicismo luso e do padroado, onde as capelas eram propriedades privadas ou de irmandades e confrarias que subjugavam os padres aos seus ditames, e seguindo tal princípio, Manoel Maximiano Junqueira doa ao vice-cônsul Alfredo Vianna de Souza o terreno à construção da Capela. Entretanto, segundo a documentação, após ser concluída Vianna de Souza iria doar à mitra diocesana, de São Paulo, o templo[3].

A capela era erigida em proveito da tradição portuguesa. Parte do grupo dirigente instrumentalizava os sentimentos religiosos para fortificar sua imagem e influência junto a

[3]ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II). Carta de Alfredo Vianna Pinto de Souza a Dom José de Camargo Barros, datada de Ribeirão Preto 24 de setembro de 1905.

população de honrados benfeitores, como meio de escamotear as atrocidades cometidas nos pleitos eleitorais e manter-se no poder, além de minimizar a violência praticada no campo.

O combate a Santo Antônio de Lisboa conduzia a Igreja ao enfrentamento da elite de origem lusa local, que era proprietária de terras e influente politicamente, em proveito dos imigrantes italianos que possuíam uns poucos membros emergentes socialmente nas atividades comerciais e liberais do município, sem que isto os colocasse, de maneira geral, em cargos estratégicos do ponto de vista político. Todavia, estes terminavam por representar um contingente populacional significativo, o que não era muito numa época em que a República era oligárquica e constituída por descendentes de portugueses, o liberalismo era permeado por uma cultura escravocrata e dependente dos incentivos do Estado.

Desta forma, as relações entre o clero local, de tendência ultramontana e romanizadora que apreciava as devoções dos italianos, que buscava estimular o projeto da divisão da diocese de São Paulo e a escolha de Ribeirão Preto para sede diocesana e Vianna de Souza, como representante da elite de origem lusa e tradicional detentora do poder local, tomaram um rumo cada vez mais tenso e conflitante.

Os ânimos acirraram-se por que a construção da capela fora realizada, por Vianna de Souza, sem a formação de qualquer comissão organizadora, e todo o dinheiro arrecadado sob a invocação de Santo Antônio, na e para a referida capela, destinado ao material de construção e ao pagamento dos trabalhadores e do pão dos pobres que era distribuído na capela, era gasto sem qualquer tipo de fiscalização.

Para o Pe. Euclydes Gomes Carneiro, representante da Igreja Matriz de São Sebastião na capela, distante aproximadamente de um a dois quilômetros, o dinheiro deveria ter sido enviado à capela da antiga Santa Casa de Misericórdia[4], que seria a sede provisória da paróquia enquanto não estivesse preparada a igreja matriz, uma vez que o Cônego Joaquim Antônio Siqueira, vigário de Ribeirão Preto, havia permitido a demolição da antiga, em 30 de agosto de 1904[5]. A construção da capela de Santo Antônio concorria diretamente com a da matriz, e futura catedral, quanto a arrecadação dos recursos financeiros. A disputa entre lusos e italos, ultramontanos e romanos, passava pela questão econômica e do projeto de Ribeirão Preto enquanto sede diocesana.

---

[4]ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II). Carta de Alfredo Vianna P. de Souza ao Vigário Geral e Cônego Antônio Pereira Reimão, Ribeirão Preto, 13 de setembro de 1905.
Carta de Alfredo Vianna Pinto de Souza ao Pe. Antônio Pereira Reimão, aos 20 de setembro de 1905.

[5] ADDLS, Registro de Provisões e mais atos oficiais (1904-1915). p. 2.

Pela preocupação, em ter o controle financeiro das doações realizadas em prol de Santo Antônio, percebe-se que este terminava por abarcar o maior número de colaboradores, em comparação a São Sebastião. Por outro lado, denota a ausência na formação de uma comissão, que serviria para angariar fundos e controlar as finanças, as quais estavam sob o controle de Vianna de Souza sem sofrer nenhuma supervisão eclesiástica como fruto da renitência do catolicismo luso. Para superar esta liberdade laica nos assuntos religiosos Pe. Euclydes suspendeu a celebração eucarística, aos domingos na Capela de Santo Antônio "dos pobres", centralizando-a na Capela da Santa Casa, anunciando a medida pelo jornal local.[6]

Reagindo ao controle eclesiástico, o vice-cônsul Souza convidava aos agostinianos para celebrar na capela de Santo Antônio, os quais recusaram por receio a perseguição do influente Pe. Euclydes, segundo Vianna de Souza. Os agostinianos, alegavam desconhecer a origem dos atritos, todavia, preferiram celebrar apenas com a permissão do Bispo, demonstrando estarem atrelados aos princípios romanos e ultramontanos. Assim, os agostinianos, na pessoa de Frei Gregório[7], recusaram atender ao pedido do vice-cônsul sem entrar em atrito com o mesmo e o grupo que representava, não violando a autoridade do vigário, e comunicando a decisão ao Pe. Euclides[8]. Souza solicitou então permissão por intermédio do vigário geral, Antônio Pereira Reimão, para que os frades pudessem celebrar, reafirmando que após o termino da construção entregaria o templo ao bispo de São Paulo, Dom José de Camargo Barros.[9]

Neste jogo de poder as forças eclesiásticas vão convergindo-se ao redor do vigário de Ribeirão Preto, Cônego Joaquim Antônio Siqueira, em detrimento do vice-cônsul de Portugal Alfredo Vianna Pinto de Souza. Em outras palavras, pelo fortalecimento dos princípios ultramontanismo e da romanização em detrimento ao catolicismo popular luso-brasileiro e do controle da igreja pela oligarquia local, o que, terminava por ser a ampliação do poder de influência, controle e decisão do clero frente a uma das famílias mais poderosas de São Sebastião do Ribeirão Preto, os Junqueira.

---

[6]ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II). Carta de Alfredo Vianna P. de Souza ao Vigário Geral e Cônego Antônio Pereira Reimão, Ribeirão Preto, 13 de setembro de 1905.
Carta do vice-cônsul da Itália Alfredo Vianna Pinto de Souza a Antônio Pereira Reimão, aos 24 de setembro de 1905.
[7]ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II). Carta de Alfredo V.P. de Souza ao Cônego Antônio P. Reimão, em 24 de setembro de 1905.
[8]ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II).Carta de Alfredo Vianna Pinto de Souza ao Pe. Antônio Pereira Reimão, aos 20 de setembro de 1905.
[9]ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II). Carta de Alfredo Vianna P. de Souza ao Vigário Geral Antônio Pereira Reimão, Ribeirão Preto, 13 de setembro de 1905.

Neste sentido, Pe. Euclides Gomes Carneiro escreveu para Monsenhor Reimão, no dia 13 de setembro de 1905, considerando inconveniente a postura do vice-cônsul Souza como coordenador da capela de Santo Antônio frente ao vigário, uma vez que não respeitava a autoridade eclesiástica do mesmo, não aceitando o padre João Grippa, designado para dirigir a capela. [10]

O crescimento econômico da cidade de Ribeirão Preto levou o poder local de um patamar de decisão autonomista, pela distância da capital, dificuldades de comunicação e pela insignificância produtiva à uma relação de interdependência com as agências de poder central, o Estado, o Partido Republicano Paulista e a Cúria Diocesana. Flexibilizar e negociar as decisões com estes grupos passaram a ser condição para manter o poder em um município que crescia dos mais diferentes pontos de vista, dentre os quais, o econômico, o populacional e o político.

O embate entre o vice-cônsul Alfredo Vianna Pinto de Souza e o vigário de Ribeirão Preto, Cônego Joaquim Antônio Siqueira e o Pe. Euclides Gomes Carneiro encobre a disputa entre a Igreja, dita ultramontana e romana, e parte da família Junqueira, representada, neste caso, por Manoel Maximiano Junqueira, doadora da área à construção. A disputa dos Junqueiras com a Igreja era apenas um dos embates que enfrentariam para manterem-se como patronos do poder local, uma vez que, com a expansão do capitalista cefeicultor, tiveram que redimensionar suas relações de poder ampliando o círculo dos membros do poder local.

Uma disputa pela manutenção do catolicismo tradicional luso que ampliava o poder de influência e controle dos políticos locais junto a população, que, por esta via, conseguiam propagandear a sua representação de bem befeitores e homens religiosos sem a intermediação da Igreja era o quadro da disputa pelo controle da capela de Santo Antônio que se somava as disputas pelo controle do poder do Estado levado a termo pelos novos proprietários de Ribeirão Preto e que aspiravam pelo mesmo poder.

A ampliação do ultramontanismo reduziria o espaço de influência explicita dos detentores do poder local, tendo de seduzir em prol de seus interesses o bispo ou seu representante, o que na política levava a acordos mais amplos com a Comissão Central do Partido Republicano Paulista. Por outro lado, a indicação de um padre de origem italiana, João Crippa, indicava a preocupação crescente com a população desta etnia, que crescia a olhos nus no Bairro do Barracão em detrimento dos descendentes de portugueses.

[10] ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II). Carta de Euclides Gomes Carneiro ao Cônego Antônio Pereira Reimão, aos 13 de setembro de 1905.

Os italianos e o Santo de Pádua avançavam em detrimento dos portugueses e a denominação de Lisboa. Evidenciava-se paulatinamente a preferência pelo leigo de tendência ultramontana ao mesmo tempo em que Santo Antônio dos Pobres passava a evidenciar os pobres italianos, onde o santo de Pádua impunha-se em detrimento do de Lisboa. Embora, o "dos pobres" permanecesse ocultando as disputas político-religiosas e calando o passado, nos dias atuais.

Combatendo a influência dos italianos e o processo romanizador, Souza reage fechando a capela, seqüestrando as chaves e levando consigo as esmolas, que cabiam a ele, segundo o mesmo, por ser o empreendedor do templo antoniano. Marchando contra este proceder Pe. Euclides solicita o afastamento do auxilio de Vianna de Souza da Capela, caracterizando-o como intransigente frente a autoridade do clero local, não apresentando ou prestando contas aos mesmos das esmolas e doações que sumiam nas mãos do mesmo[11].

O embate avolumava-se pela oposição de Souza ao fato do Capelão da Santa Casa, Pe. Euclydes, se apoderar das esmolas e doações dos devotos quando o mesmo na capela de Santo Antônio celebrava. Caberia a ele, segundo Vianna de Souza, apenas o arrecadado na missa, pois a capela ainda estava em construção. Reagindo diretamente contra o Pe. Euclydes Gomes Carneiro afirmava publicar sempre o balancete da capela e que o padre queria intrometer-se em todos os assuntos ao mesmo tempo que tornava-se o monopolizador dos assuntos eclesiásticos[12]. As características apontadas como negativas pelo vice-cônsul estavam no cerne da consolidação da romanização e do ultramontanismo, portanto, positivas aos olhos de Reimão e do Bispo de São Paulo.

Os embates culminaram, em 1905, com o arrombamento da capela de Santo Antônio, pelo sacristão da matriz[13]. Buscava-se com este procedimento evidenciar que o templo católico estava sob o controle e governo do clero e não dos leigos, ainda que benfeitores da Igreja ou em cargos privilegiados do Estado republicano laico quer fosse do Brasil ou de Portugal.

No dia 24 de setembro de 1905, Vianna de Souza comunica a Reimão o arrombamento da capela para que fosse celebrada a missa pelo Capelão da Santa Casa de Misericórdia de

---

[11] Idem.

[12] ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II).Carta de Alfredo Vianna Pinto de Souza ao Pe. Antônio Pereira Reimão, aos 20 de setembro de 1905.

[13] ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II). Carta de Alfredo Vianna P. de Souza ao Vigário Geral Antônio P. Reimão, Ribeirão Preto, 24 de setembro de 1905.

Ribeirão Preto, considerando o ocorrido uma profanação, um desacato, uma ação digna dos inimigos da religião evidenciando a decadência em que se encontravam os padres e a religião.

Frente ao fato o vice-cônsul Souza afirmava ter solicitado aos jornais que nada publicassem sobre o assunto, mas que nada poderia fazer frente a voz do povo que comentaria e tomaria partido. Reforçava sua postura frente ao padre Euclides reafirmando sua interpretação do mesmo como protetor da Santa Casa e benfeitor da mesma, o que revertia em apoio a construção da nova matriz em detrimento do templo devocional em honra a Santo Antônio "dos pobres", o que traduzia-se em oposição, resistência e perseguição eclesiástica local a construção da capela. Apesar de tudo, Souza garantia que levaria adiante a implantação do "culto a Santo Antônio em Ribeirão Preto"[14].

Pela insistência de Vianna, em recorrer ao auxilio de Reimão, detentor de cargo estratégico na Cúria de São Paulo, podemos concluir que este possuía tato e diplomacia suficiente a ponto de não evidenciar a postura do Bispo de São Paulo, D. José de Camargo Barros, como oposta a de Vianna. Reimão buscava, sem tomar partido, obter a confiança do vice-cônsul mantendo o grupo que representava ligado a Igreja, não os levando a um atrito direto com a instituição. A oposição dos lusos para com o clero terminaria em prejuízo da Igreja que poderia perder, por tabela, o apoio da facção de uma das famílias mais poderosas da região, os Junqueira, numa região pioneira de grande expansão devido a economia cafeeira.

Na convergência de forças dentro do clero local observa-se que os agostinianos terminaram por opor-se a Souza em prol da hierarquia eclesiástica a ponto de Frei Celedonio Matos escrever ao Bispo e referir-se a Vianna de Souza como intransigente, desrespeitador da autoridade eclesiástica. Celedonio opunha-se a autoridade deste secular no tocante a construção do templo a Santo Antônio. Portanto, os dividendos angariados na capela "dos pobres" atingiram também aos agostinianos, além das disputas entre ultramontanos e lusos. Considerando, Frei Celedonio, a necessidade de agir com prudência nas providências a serem tomadas, uma vez que o vice-cônsul representava todo um grupo[15], o dos lusos e do catolicismo popular herdado do padroado.

Entretanto, os ânimos acirravam-se e o arrombamento da capela era compreendido pelos ultramontanos como cumprimento do dever do padre; embora para os lusos aparecesse

---

[14] ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II).Carta do vice-cônsul da Itália Alfredo Vianna Pinto de Souza a Antônio Pereira Reimão, aos 24 de setembro de 1905.

[15] ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II). Carta de Frei Celedonio Matos ao Sr. Bispo Dom José de Camargo Barros, datada de 27 de setembro de 1905.

como uma afronta, desrespeito e, porque não, um convite ao embate público das forças em questão, a elite lusa, de um lado, e o clero romanizador, e em apoio ao imigrante italiano, do outro. Apesar do conflito, e como origem do mesmo, reconhecia-se a importância da obra antoniana iniciada por Vianna de Souza, que arregimentava um grande número de fiéis e devotos, além de recursos financeiros, num embate entre a elite lusa com os ultramontanos e romanizadores que patrocinavam a construção da futura catedral.

A capela – localizada no subúrbio de Ribeirão Preto, numa área conhecida por Barracão, segundo o próprio documento, e densamente povoada[16], era o local em que ficavam os colonos vindos da Hospedaria dos Imigrantes da Capital quando chegavam a cidade, - levou a uma disputa acirrada pelo seu controle.

Com o ultramontanismo o padre indicava a direção aos fiéis e controlava os assuntos eclesiásticos, já com o catolicismo luso o coronel, o vice-cônsul, no caso, ou seja, o leigo social, política e economicamente importantes davam a orientação a ser seguida pela Igreja e seus adeptos. Além destas razões destacava-se, como fio de arremate do tecido da questão, a disputa político-religiosa pelo controle da capela enquanto oportunidade de direcionar um dos maiores bairros da cidade com um grande número de fiéis, o bairro dos imigrantes proletários, a um tipo determinado de influência católica, e como conseqüência uma determinada postura política.

Neste embate de forças a tendência ultramontana terminou por se sobrepor a luso-brasileira embora, a última, permanecesse a reverberar. É neste sentido que o vice-cônsul de Portugal em Ribeirão Preto, Alfredo Vianna Pinto de Souza responde a carta enviada pelo Vigário Geral Antônio Pereira Reimão, datada de 28 de setembro de 1905, no dia 30 do mesmo mês.

Na missiva afirmava ter passado a destinar as esmolas, dos domingos, à Santa Casa e, que entregou as chaves da capela de Santo Antônio "dos pobres" ao capelão italiano, João Grippa, reconhecendo que "os italianos são devotíssimos de Santo Antônio"[17], sem fazer menção ao de Pádua. Contudo, permanecia com as chaves originais do templo e com as das gavetas que estavam fechadas e com os paramentos, que pertenciam ao Coronel Manoel M. Junqueira; comunicava que se o capelão arrombasse as gavetas, como havia feito com a capela, desta vez utilizaria de sua autoridade influente para chamar a polícia e prendê-lo. Em

[16]Idem.

[17]Frente ao estrangeiro a oposição portuguesa era tal que levou Souza a evitar o clero italiano para controlador do templo, que era um apropriedade privada, percebe-se então que superava-se esta visão, ao menos ao nível da oficialidade.

sua iniciação aos princípios romanizadores, Souza enviava uma cópia ao bispo e publicava o balancete da obra antoniana, sendo animado nesta empreitada por “Dom Antônio Barrozo, Bispo do Porto, e pelo ministro do Vaticano”[18]. Portugal rendia-se ao ultramontanismo e simultaneamente demonstrava os entrelaçamentos políticos que possibilitavam a sua resistência até então.

O acesso de Vinna de Souza aos hierarcas da Igreja tem sua referência máxima na carta enviada pelo cardeal secretário do Papa, de Roma, aos 13 de fevereiro de 1902, de número 68.215, comunicando benção papal concedida a sua família e mãe em virtude da propagação da devoção antoniana[19], que no período, de fundação da Capela, não trazia problemas à hierarquia local.

A carta enviada por Reimão a Vianna de Souza desencadeou o processo onde este cedia em favor do clero local, aproximando-se do ideal romanizador e ultramontano, embora permanecesse relutante em alguns aspectos. Em carta, de 4 de outubro, reivindicava providências ao arrombamento da capela e solicitava sindicância na construção da nova matriz, na fábrica e no proceder do Pe. Euclides que “não celebrava missas havia três meses”, assim como na Legião Brasileira.

Dando aos seus opositores vitoriosos uma dose do que havia provado, passou o Vice-cônsul a utilizar-se dos princípios ultramontanos para revidar àqueles que o haviam atacado. Consciente do papel a ser desempenhado pelo padre e do aspecto central da celebração eucarística no ultramontanismo que solicitava sindicância “dos ratos de Igreja” que não celebravam missas havia meses[20]; denunciava e atacava diretamente ao Pe. Euclides Gomes Carneiro. Utilizando as armas da própria Igreja ultramontana, desfere seu último ataque, ao qual deveria Pe. Euclides responder frente ao bispo, romanizado que era.

Em contrapartida, abria a capela ao capelão da Santa Casa para que celebrasse aos domingos e que devido “a ganância e vaidade alheia” poderia transferir a escritura da capela de imediato, apesar de infelizmente não a ter terminado, deixando claro que o terreno foi doado pelo Presidente da Câmara Municipal, o coronel Manoel Maximiano Junqueira, mas que todos os demais objetos religiosos deveriam ser reintegrados a ele quando o fossem requeridos para compor sua capela particular, a ser construída em sua fazenda.

---

18 ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II). Carta de Alfredo V.P. de Souza ao Cônego Antônio P. Reimão, em 30 de setembro de 1905.
19 ADDLS, Livro de Registros, escritos e mais ordens emanadas da Santa Sé Apostólica e da Nunciatura 1888-1929. p. 60.
20 Idem.

O rol dos bens era composto das imagens de São Manoel e Santa Amélia, vindas de Portugal e demais utensílios utilizados para o sacrifício eucarístico[21]. Evidenciava-se que havia a intenção de abrir mão do controle direto da Capela, entretanto, se as "coisas sagradas" não se encaminhassem de acordo com o esperado poderia requerer os bens não transferidos à mitra.

São Manoel e Santa Amélia eram formas do próprio Manoel Maximiano Junqueira e de Amélia Junqueira estarem no altar de uma forma simbólica. A utilização dos onomásticos era uma habitual maneira das famílias tradicionais fazerem confundir o poder destes com o sagrado que se estendia pela nomeação de suas fazendas por santos que tinham o seus nomes, independentemente deles existirem ou não, ao que a Igreja pouca resistência apresentava colaborando para a mistificação dos honrados benfeitores de seus cofres ainda que isto fizesse parte da tradição lusa.

Notadamente, não foi encontrada a documentação de transferência da escritura da capela, sendo, mantendo-se, então, como uma propriedade particular. Assim como a construção da capela, em 1905, quando, também, construía-se a igreja dos agostinianos e a matriz, e futura catedral, como parte do projeto de consolidação da influência da Igreja junto ao poder local a propriedade particular da capela revelava uma disputa econômica que perpetuou-se por décadas. Diz uns que São Sebastião não foi pálio a Santo Antônio. Este pródigo em atrair fiéis e doações tornando a Igreja de Santo Antônio mais lucrativa que a própria catedral.

A concorrência entre Santo Antônio e São Sebastião em Ribeirão Preto, mas não apenas ali, ia para além da representação lusa e ultramontana. Seu cerne envolvia o catolicismo devocional, onde o clero ligado a São Sebastião perdia na concorrência com os atrelados a Santo Antônio. O Santo dos pobres era famoso por diversas personas que o envolviam: cozinheiro e milagroso na produção de pães atraía e atrai multidões em busca de um pão para garantir alimento o ano todo. A Igreja fortificou, ainda, esta devoção ao distribuir semanalmente pães em sua porta aos mais pobres como uma sobrevivência de hábitos medievais caritativos. A sobreposição não-cristã de casamenteiro propiciou-lhe mais uma gama infindável de devotas, e o seu lado de taumaturgo complementava a tríade fundamental de muitas outras personas que o envolvia e envolve-o atraindo um número maior de devotos e doações.

[21] ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II). Carta de Alfredo V. P. de Souza a Antônio P. Reimão, datada de 4 de outubro de 1905.

Por outro lado, o controle parcial do clero sobre a capela demonstrava a vitória da etnia italiana e do ultramontanismo, ainda que cambaleante, em detrimento dos lusos. Os imigrantes italianos chegavam aos milhares e conquistavam o controle do bairro do Barracão e a proeminência na capela colaborando para a consolidação do ultramontanismo e exigindo padres que corroborasse essa mentalidade. A esse problema a resposta foram os Scalabrinianos.

Scalabrinianos na Diocese de São Sebastião do Ribeirão Preto

Embora iniciassem o trabalho de pastoral do imigrante a partir da capital de São Paulo, onde estabeleceram a sede provincial da Congregação, terminaram por transferi-la para a cidade de Ribeirão Preto como parte das articulações internas para minimizar o desgaste frente ao escândalo conhecido como *Caso Idalina* que buscava demonstrar publicamente que o ultramontanismo e a romanização não haviam atingido seus objetivos na Igreja.

Idalina era interna do Orfanato Cristóvão Colombo mantido na sede da Congregação dos Missionários de São Carlos em São Paulo. De acordo com a acusação anarquista, a referida menor fora estuprada por um padre e assassinada pelo superior da Congregação. Segundo a versão da Igreja, a menina fora entregue a uma senhora que indentificara-se como genitora. Todavia, os pais da menor eram falecidos. Este caso e todo o debate do processo de constituição do processo imigratório e da pastoral do imigrante foi pesquisado em *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante*. (Souza, 2000)

Como o caso desenrolou-se na segunda metade da década de 1900, mas prescrevendo-se a imputação de crime, em 1919, os missionários empenharam-se em desvincular a imagem da Congregação como um todo do Orfanato, que era elemento fundamental de sua estratégia de pastoral do imigrante. Assim foi transferida para a capela de Santo Antônio "dos Pobres" de Ribeirão Preto a sede da Congregação, em 1911, retornando a mesma para a antiga sede, na capital do Estado, em 1919.

A transferência da sede da Congregação para Ribeirão Preto está relacionada, também, ao avanço do café aliada a alta concentração de imigrantes no Oeste Paulista. Com o avanço da fronteira agrícola do Velho Oeste para o Novo Oeste foi necessário descentralizar o processo missionário e atingir mais rapidamente o imigrante.

Anteriormente, a proximidade de São Paulo com as áreas de maior concentração de italianos viabilizava um trabalho lucrativo aos Sacalabrinianos que missionavam por Campinas, Rio Claro, Limeira e outras cidades do Velho Oeste. Com o processo de migração do café e da mão de obra responsável pelo seu cultivo, também os Missionários de São Carlos deslocaram-se.

A distância da capital do Estado em relação a Ribeirão Preto, a Capital do Oeste, impunha a abertura de uma casa, mas não a transferência da sede. De acordo com os documentos da Congregação, escritos por Dom Scalabrini, estava prevista a criação de casas espalhadas pelo interior do território e próxima dos núcleos de imigrantes como meio de garantir o acesso e a manutenção da doutrina católica ultramontana e romanizada.

Somada às distâncias, a concentração do café e dos imigrantes na região, tem-se mai um elemento de atração com a instalação da Diocese de São Sebastião do Ribeirão Preto, em 1907, sendo Dom Alberto José Gonçalves, tradicional político do Partido Republicano do Paraná, o primeiro bispo, o que era uma contradição aos princípios ultramontanos que condenavam a participação política do clero, evidenciando que, com Leão XIII, era possível falar-se em neo-ultramontanismo. (Souza, 2000)

Nos documentos contidos no Arquivo da Mitra Arquidiocesana de São Paulo, Ribeirão Preto, em 1905, era apontada como um bom lugar para a futura sede episcopal devido as boas condições de comunicação, de transporte[22] pelas ferrovias que ligavam o município não apenas a outros, mas, também, as fazendas entre si facilitando o acesso da Igreja aos imigrantes, bem como dos anarquistas.

A fundação da Diocese era um dos elementos evidenciadores da ascensão do poder econômico e de influência da região cafeicultora de Ribeirão Preto, que teria a alcunha de Capital do Oeste, Eldorado, construindo-se todo um imaginário sobre a prosperidade do local e de seus habitantes, muitos dos quais, desembarcavam transferindo parte de sua fortuna das regiões decadentes do café, como as do Vale do Paraíba e do Velho Oeste além de cafeicultores de Minas Gerais e agricultores de outros Estados, alguns até do nordeste do Brasil, ampliando-se as relações de interdependência do poder local com o do Estado. (ELIAS, 1993)

Como parte do papel do Bispo Diocesano, Dom Alberto José Gonçalves teria de constituir um clero que permitisse a concretização do projeto da Igreja de garantir a sua

[22] ADDLS, Pasta Ribeirão Preto (II), carta de Francisco Curti para o vigário geral, a 24 de junho de 1905.

influência ultramontana na região. Para isso, várias congregações foram convidadas e outras ofereceram-se para instalar-se na nova Diocese. Dentre as congregações que acorreram para a cidade conta-se os Scalabrinianos.

Todos os religiosos que chegaram estavam ávidos por recursos econômicos que viabilizassem a concretização de seus projetos e edificações. O bispo estava voltado à conclusão da construção da Catedral, antiga matriz de São Sebastião, o padroeiro de Portugal; os scalabrinianos na manutenção da capela destinada ao culto de Santo Antônio, nascido em Portugal, popularmente alcunhado dos pobres e a realização da construção de uma escola e hospital destinados aos imigrantes; e todos almejando uma boa moradia.

Agradava a oligarquia a idéia de se ter tal obra junto ao imigrante pois, assim, podia-se garantir assistência religiosa ao mesmo que insistia neste ponto, ao mesmo tempo que permitia uma assistência ao desvalido, mais um motivo para se dirigir para Ribeirão Preto havia para o imigrante

A fundação da Capela de Santo Antônio dos pobres legitimava o poder da oligarquia uma vez que se fazia atrelada ao poder oligarquico local, na pessoa do Coronel M.M. Jungueira, entretanto, ao tornar-se uma capela destinada à pastoral dos imigrantes trazia com ela o medo da aglomeração dos italianos em um único local, a Igreja.

Tornava-se desta forma a Igreja o maior ponto de encontro dos imigrantes que não podiam ser impedidos de aglomerarem-se pois o faziam em nome da fé, sem nenhuma implicação política declarada. (desejado e temido, p. 97-99)

Enquanto o imigrante da Italia não se via como italiano, a religião os unia, viabilizando lentamente a constituição da etinicidade a partir de um discurso e formação de um patrimônio linguístico igual possibilitanto a coesão do grupo para além das cercas da fazenda. (RIBEIRO,1985)

A Igreja organizava e conseguentemente instrumentalizava o imigrante italiano para solidificar seu poder junto ao bloco hegemônico o que a colocava cada vez mais na mira dos anarquistas que concorria com a mesma pelo apoio do imigrante, que se traduzia em influência política para determinar o futuro do país.

Para burlar o controle institucional promovido pelo Estado enquanto prolongação do braço privado capitalista, por vezes, os sindicatos metamorfosearam-se em associações beneficentes ou então clubes sociais, que apareciam socialmente com um fim, mas que na

prática viabilizava o encontro de interesses comuns que iam além da caridade ou da diversão, viabilizava o debate politico dos interesses em jogo.

Deve-se levar em consideração o fato de que os missionários de São Carlos conseguiram implantar o seu boletim, ainda que à sombra da diocese, pois, é se uma Pia União Diocesana, e este é o seu órgão oficial, logo no inicio de sua obra nesta diocese de Ribeirão Preto, ao passo que o governo diocesano só conseguirá implantar o seu anos mais tarde, o que evidencia o fato de que os imigrantes vinculados a piedade antoniana estavam muito mais preocupados com sua devoção que com o caminhar da romanização o do seu baluarte, a diocese, que agradava a impelia a oligarquia local, que dela tirava proveito e beneficio político.

A implantação do boletim, mais que ser uma representação da influência do catolicismo do imigrante italiano, era a imposição do poder econômico que dele decorria, o qual o imigrante isolado não desfrutava, mas que na catolicidade ele desfrutava, era a vitória do estrangeiro sobre o nacional, a nível econômico.

Como a opulência trazida com o café atraiu a pastoral do imigrante, da mesma forma o processo de falência da mesma cultura afastou-os de Ribeirão Preto. A saída dos Scalabrinianos está diretamente relacionado ao fato de se antever a grande crise do café, uma vez que à época cogitava-se na queima do produto em excedente. A isto se acrescia que o caso Idalina chegava ao fim, pois, a partir, de1919, prescrevia a possibilidade de imputação de culpa aos acusados.

Referências Bibliográficas

AZZI, R. **A igreja e os migrantes.** São Paulo: Paulinas, 1988.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. Vol 2.

GARCIA, Maria A. M. **Trabalho e resistência:** os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890-1920). 1993. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca, 1993.

MANOEL, Ivan. A. **Igreja e educação feminina.** 1988. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

MORAES, M. L. de P. M. **Companhia Agrícola Francisco Schimidt:** origem, formação e desintegração (1890-1924). 1980. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, M.T.J. **Desejado e temido.** 1985. Dissertação (Mestrado) - - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, L.O. Terras devolutas e latifúndio. Campinas: UNICAMP, 2008.

SOUZA, W.D. de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante.** São Paulo: UNESP, 2000.

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX.** São Paulo: Ática, 1987.